ANÁLISE DA EVASÃO DE ALUNOS DOS CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE ENFERMAGEM NO PARANÁ

Elisabete de Fátima Polo de Almeida Nunes*
Selma Maffei de Andrade**
Luiz Cordoni Jr.***
Maria do Carmo L. Haddad****
Nadia Aparecida de Souza*****
Mara Lúcia Garanhani*****

RESUMO

Analisa-se no presente trabalho a evasão de alunos dos cursos de auxiliar e técnico de enfermagem vinculados ao Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae), no Paraná. O estudo é de caráter descritivo e quantitativo. Os dados foram coletados em 2002 por meio de entrevistas por telefone e processados através do programa Epi Info. Dos 355 alunos identificados na situação de "evadido", 66,5% foram entrevistados. Observou-se que a maioria dos evadidos do curso auxiliar não atuava na área, enquanto o contrário foi observado quanto aos evadidos do curso técnico de enfermagem. Os motivos de evasão mais citados foram: incompatibilidade com o horário do trabalho (19,1%), não ter "gostado" da área (12,7%), problemas de saúde na família (11,0%), problemas de saúde pessoal (10,2%) e gravidez (8,5%). A oferta de profissionalização aos auxiliares e técnicos de enfermagem não garante a permanência dos alunos no curso, mesmo sendo eles trabalhadores e atuando na área de enfermagem.

Palavras-chave: Educação em enfermagem. Qualificação profissional. Evasão escolar.

INTRODUÇÃO

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a institucionalização da saúde como direito de cidadania requerem uma política nacional de formação de recursos humanos que fortaleça as mudanças no modelo de atenção, visando ao atendimento humanizado e à melhoria da qualidade da assistência.

A equipe de enfermagem tem um papel fundamental no que se refere à realização de ações voltadas à qualidade dos serviços ofertados pelos estabelecimentos hospitalares e ambulatoriais e demais unidades que prestam atendimento à saúde no país.

Assim, com a intenção de promover uma significativa melhoria nessas atividades, em 2000 o Ministério da Saúde (MS) implantou o Projeto de Profissionalização de Trabalhadores

da Área de Enfermagem (Profae), visando qualificar como auxiliares ou técnicos de enfermagem entre 200 e 250 mil trabalhadores que vinham atuando sem qualificação profissional em serviços de saúde^(1,2).

Algumas preocupações direcionaram a concepção do processo de implementação do Profae, pois, além de o programa possibilitar o atendimento dos trabalhadores inseridos nos diferentes serviços de saúde que não possuíam qualificação profissional, deveriam ser garantidas a qualidade da formação pretendida e a melhoria progressiva da assistência à saúde^(1,3). Assim, o Profae proporcionou:

- a) oferta de complementação de ensino fundamental, em parceria com as secretarias estaduais de educação;
- b) oferta descentralizada dos cursos, ou perto dos locais de domicílio ou trabalho, para

* Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva. Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Saúde da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

** Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Docente do Departamento de Saúde Coletiva da UEL.

*** Médico. Doutor em Saúde Pública. Docente do Departamento de Saúde Coletiva da UEL.

**** Enfermeira. Doutora em Enfermagem Fundamental. Docente do Departamento de Enfermagem da UEL.

***** Pedagoga. Doutora em Educação. Docente do Departamento de Educação da UEL.

***** Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Enfermagem da UEL.

- facilitar a frequência às aulas e evitar a repetição de problemas que vinham sistematicamente impedindo a aproximação e a participação dos trabalhadores nos cursos de qualificação profissional;
- c) monitoramento e avaliação, efetivados pela supervisão de agências regionais (Ars), do processo de execução dos cursos ministrados pelas operadoras (instituições encarregadas da administração dos cursos) e suas executoras (instituições de ensino que ministraram os cursos), em nível estadual, selecionadas (todas) pelo MS através de licitação.
 - d) formação pedagógica do corpo docente para atuar na qualificação profissional, em nível de especialização, com vista a assegurar que a concepção pedagógica que orientasse a formação dos trabalhadores se concretizasse em sala de aula;
 - e) implantação da certificação de competências, voltada para os egressos dos cursos de qualificação profissional, visando garantir a sustentabilidade das políticas e estruturas de educação profissional na área de saúde, em diversos níveis⁽⁴⁾.

Assim o Profae, além de proporcionar qualificação profissional, promovia paralelamente o fortalecimento institucional e técnico-gerencial das escolas técnicas e centros formadores de recursos humanos do SUS, tornando-os centros de referência para a formação em saúde nos níveis básico, técnico e pós-técnico da educação profissional^(1,3).

No Paraná, os processos de formação foram desencadeados em 2001, sendo cadastradas, aproximadamente, 20.000 pessoas que manifestaram a intenção de realizar o curso de auxiliar ou de técnico de enfermagem. Os cadastros foram executados por instituições contratadas pelo MS em todos os estados do país.

Em cada estado, todo o trabalho de supervisão, orientação e coordenação geral da execução do Projeto foi realizado por agências regionais (ARs). No Paraná, a AR estava vinculada, desde meados de 2001, ao Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesco), ligado à Universidade Estadual de Londrina, denominando-se AR/Nesco/PR.

A supervisão teve como proposição acompanhar, monitorar e avaliar efetivamente o

andamento dos cursos do Profae em todo o país, distanciando-se da concepção direcionada às práticas exclusivas de controle, de modo a garantir a qualidade do processo de escolarização e profissionalização dos alunos inscritos nos cursos e, conseqüentemente, a melhoria da assistência oferecida pelos serviços de saúde, objetivo precípua dessa política pública. É importante considerar que monitorar significa acompanhar e controlar, mediante instrumentos construídos para este fim e com parcerias entre o MS e a AR, as operadoras/executoras com as quais foram estabelecidos os diálogos e a busca de consenso para construir, de forma compartilhada, alternativas e soluções possíveis e adequadas às necessidades do Profae⁽⁵⁾.

Embora tenha havido elevado número de interessados na realização dos cursos, verificou-se que muitos alunos abandonavam os estudos após o seu início e foram classificados pelo MS como evadidos.

O Ministério da Educação⁽⁶⁾ apresentou para o país o índice de 5% de evasão para o Ensino Fundamental, nos anos 1999 - 2000, índice que somente nos Estados de Roraima e Tocantins foi de 11%. No Profae o índice encontrado nos cursos de qualificação profissional de auxiliar de enfermagem era de 7%, utilizando-se como referência o Sistema de Informações Gerenciais (SIG/Profae). Considerando-se a taxa por estado, verificaram-se os maiores índices no Distrito Federal (11%), em Sergipe (14%), no Rio de Janeiro (16%) e em Mato Grosso (22%).

No Paraná os índices de evasão do curso de auxiliar de enfermagem variaram de 6% a 14%, e para o técnico de enfermagem a evasão verificada foi de 2% a 8%. A evasão, nesse contexto, era um problema recorrente nas salas de aula do Profae, revelando a necessidade de identificação precoce desses alunos, bem como o seu acompanhamento sistematizado e diferenciado⁽⁷⁾.

A evasão dos alunos foi acompanhada no processo de supervisão realizado pela AR/Nesco/PR em aproximadamente 70 municípios, ao longo de 2002, pelo trabalho desenvolvido por 20 enfermeiras, coordenadas por uma equipe técnica⁽⁷⁾.

As supervisoras acompanhavam mensalmente todas as turmas nos municípios onde os cursos estavam sendo realizados, desenvolvendo

atividades de: comprovação de presença dos alunos em sala; análise da proposta pedagógica e cumprimento do cronograma apresentado; verificação da qualificação e desempenho dos docentes; avaliação da estrutura física da escola, dos recursos de ensino disponíveis e dos campos de estágio; apreciação dos procedimentos de ensino e das práticas avaliativas, dentre outros⁽⁷⁾.

As informações relativas à situação dos alunos eram registradas mensalmente no SIG, programa eletrônico desenvolvido pelo MS para acompanhar a movimentação de alunos do Profae. O SIG constituiu uma base de dados que propiciava as mais variadas informações sobre o Projeto em nível nacional.

Com base nas informações obtidas no processo de supervisão, surgiram nas oficinas de trabalho, que congregavam a equipe técnica e as supervisoras, algumas indagações sobre as razões do elevado número de alunos evadidos. Quais seriam os motivos de evasão dos alunos? Quem seriam esses alunos evadidos? Trabalhadores de saúde? Pessoas que efetivamente não atuavam na área, mas haviam sido cadastradas? Considerando-se que este projeto tinha como diferencial o recorte da inclusão e da socialização dos cidadãos dos serviços de saúde, por que eles abandonavam o curso?

A necessidade de melhor compreender o problema e de encontrar respostas para esses questionamentos levou a AR/Nesco/PR a desenvolver este estudo, que tem por objetivo identificar e analisar os motivos de evasão dos alunos matriculados nos cursos de auxiliar e de técnico de enfermagem em 2002.

METODOLOGIA

O estudo, de natureza descritiva e fundamentado em análise quantitativa, foi realizado no decorrer do ano de 2002, no Paraná, junto aos alunos evadidos dos cursos de Qualificação Profissional em Auxiliar de Enfermagem (QP) e Complementação da Qualificação Profissional em Técnico de Enfermagem (CQP). Foram considerados alunos evadidos aqueles que iniciavam o curso e o abandonavam a partir do primeiro mês.

A relação de alunos evadidos, por operadora e turma, foi obtida no SIG, ao qual a equipe da

AR/Nesco/PR tinha acesso *on-line* por meio de senha disponibilizada pelo MS. A partir dessa listagem foram realizadas entrevistas estruturadas com os alunos, visando identificar os motivos da evasão. As entrevistas foram efetivadas por telefone pela enfermeira que atuava como supervisora da turma freqüentada pelo aluno, a qual registrou por escrito as respostas.

Antes de iniciar a entrevista, foram informados os objetivos da pesquisa e solicitada a participação livre e esclarecida dos sujeitos. O projeto desse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina.

Os dados foram processados e tabulados eletronicamente utilizando-se o programa Epi Info, de domínio público. Diferenças nas proporções foram analisadas pelo teste de qui-quadrado de Pearson ou pelo teste de Fisher, conforme indicado, sendo adotado um nível de significância de 5%⁽⁸⁾.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados, no SIG/PR, 355 alunos na situação de “evadido” durante o ano de 2002, representando 6,5% dos alunos matriculados no curso técnico de enfermagem e 10,7% dos cursos de auxiliar de enfermagem. Destes, a equipe de entrevistadoras conseguiu contatar e entrevistar 236 (66,5%), sendo os restantes 119 (33,5%) considerados como perdas.

As causas da não-realização das entrevistas foram informação incorreta do endereço no SIG, mudança de residência e falta de resposta ao chamado telefônico, representando um grande número de perdas, embora tenha havido várias tentativas para reduzir esse número.

Apesar da elevada proporção de perdas, a análise das principais características (idade, sexo, tipo de curso, tipo de município de residência e operadora/executora que realizava o curso) entre os alunos encontrados e não encontrados revelou que não houve diferença significativa entre esses dois subconjuntos de alunos evadidos, conforme mostra a Tabela 1, o que permite supor que o subconjunto de entrevistados representou de forma adequada esse universo de evadidos.

Tabela 1. Características principais dos entrevistados e dos não entrevistados (perdas) – alunos evadidos dos cursos de auxiliar e técnico de enfermagem, Paraná, 2002.

Característica	Entrevistados (N=236)		Perdas (N=119)		p-valor
	N	%	N	%	
Idade (anos)					
19 a 24	42	17,8	25	21,0	0,659
25 a 34	85	36,0	42	35,3	
35 a 44	76	32,2	32	26,9	
45 a 59	33	14,0	20	16,8	
Sexo*					
Feminino	202	85,6	99	83,3	0,950
Masculino	34	14,4	17	14,7	
Residência					
Município pólo	155	65,7	83	69,7	0,515
Município não pólo	81	34,3	36	30,3	
Curso					
Auxiliar de enfermagem	147	62,3	70	58,8	0,527
Técnico de enfermagem	89	37,7	49	41,2	
Operadora/executora					
A	103	43,6	45	37,8	0,237
B	46	19,5	24	20,2	
C	43	18,2	33	27,7	
D	38	16,1	16	13,4	
E	6	2,5	1	0,8	

* Excluídos 3 casos das perdas cujo sexo era ignorado.

Quanto à atuação na área de Enfermagem, a Tabela 2 mostra que a maioria (62,6%) dos alunos evadidos do curso de auxiliar de enfermagem não atuava na área, enquanto o contrário foi observado em relação aos evadidos do curso de técnico de enfermagem, dos quais a maioria (80,9%) atuava na área. Uma proporção considerável de alunos do curso de auxiliar de enfermagem informou atuar como agente comunitário de saúde (21,1%). Dados semelhantes foram encontrados pela AR/RJ⁽⁹⁾.

O fato de haver entre os inscritos no curso pessoas não vinculadas ao campo profissional da enfermagem, exigência posta pelo Profae, decorreu de falhas na condução do primeiro processo de cadastramento, realizado nas agências do Banco do Brasil. Os documentos comprobatórios exigidos naquele momento podem não ter possibilitado o delineamento do perfil profissional estabelecido. Pesquisa realizada no Rio de Janeiro⁽⁸⁾ identificou que muitos dos que se inscreveram eram motoristas de ambulância, balconistas, desempregados, entre outros. O mesmo fato foi verificado nesta pesquisa.

Tabela 2. Distribuição dos alunos evadidos dos cursos de auxiliar e técnico de enfermagem segundo a atuação na área de Enfermagem e residência, Paraná, 2002.

Variável	Auxiliar (N=147)		Técnico (N=89)		p-valor
	N	%	N	%	
Atuação profissional					
Atuava na área	17	11,5	72	80,9	< 0,001*
Não atuava na área	92	62,6	11	12,4	
Atuava como ACS	31	21,1	1	1,1	
Ignorado	7	4,8	5	5,6	
Residência					
Município pólo	83	56,5	72	80,9	< 0,001
Município não pólo	64	43,5	17	19,1	

* Para cálculo do valor de p os que atuavam como ACS foram considerados como "trabalhavam na área". Excluídos os casos ignorados.

Pôde-se observar também que houve maior proporção de residentes em municípios considerados "pólos" entre os alunos do curso técnico que se evadiram, em comparação aos evadidos do curso de formação de auxiliares. Estranhamente, a distância entre o local de formação e o domicílio do aluno não constitui fator determinante para a permanência no curso, pois a maioria dos evadidos, quer do curso auxiliar quer do técnico, residia no município pólo, aquele em que o curso era realizado (Tabela 2), suscitando a impressão de que quanto maior a dificuldade em ter acesso aos processos de formação, maior a valorização atribuída pelo sujeito e maior os esforços que despense na conclusão dos estudos, usufruindo de uma possibilidade que não é freqüente nas localidades do interior.

Foram relatados, pelos 236 entrevistados, 277 motivos de evasão (41 entrevistados apresentaram dois motivos). No conjunto dos entrevistados, o principal motivo alegado (19,1%) foi a incompatibilidade de horário do trabalho com a freqüência ao curso. Outros motivos citados foram o fato de não ter "gostado" da área (12,7%), problema de saúde na família (11,0%), problema de saúde pessoal (10,2%) e gravidez (8,5% do total ou 9,9% das mulheres).

Embora o formulário utilizado não contivesse perguntas constrangedoras, é possível que uma pequena parcela de entrevistados tenha sub-relatado alguns motivos que achavam que não agradariam às entrevistadoras (supervisoras da

AR/Nesco/PR). Entretanto, acredita-se que este aspecto não tenha comprometido o trabalho, pois caso tenha ocorrido, a proporção, provavelmente, deve ser mínima.

A Tabela 3 apresenta os motivos de evasão distribuídos segundo o tipo de curso (auxiliar ou técnico de enfermagem). Visando facilitar a visualização, estes foram agrupados também em categorias mais amplas. Com relação a essas categorias, não houve diferença estatisticamente significativa entre os motivos de evasão dos alunos dos cursos de auxiliar ou de técnico. A análise das diferenças dos motivos específicos não pôde ser realizada, devido ao número pequeno de casos.

Como se pode perceber, tanto entre os alunos do curso de auxiliar como entre os do técnico, prevaleceram como motivos de evasão os “problemas pessoais”, entre os quais são citados “gravidez”, “casamento” e “cuidado com os filhos”. O “trabalho” aparece a seguir como grande motivo de evasão dos cursos profissionalizantes do Profae, seja por dificuldades em compatibilizar horários com a presença às aulas e estágios, seja pela falta de liberação, por cansaço, ou por ter conseguido trabalho em outra área. Esses mesmos motivos foram identificados na pesquisa realizada pela AR/RJ⁽⁹⁾.

Dificuldades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem representaram o quarto principal motivo para os evadidos do curso auxiliar e o terceiro mais importante entre os evadidos do curso técnico.

Pesquisa⁽¹⁰⁾ sobre o ensino profissional em um centro federal de educação tecnológica destaca que a evasão escolar, a repetência e o trancamento de matrícula eram problemas para a instituição em estudo. Segundo coordenadores e professores, o percentual era de 30% a 50% de evasão. As principais causas da evasão referidas foram: dificuldade dos alunos em acompanhar as disciplinas dos cursos profissionais; falta de um maior interesse de alguns professores em ajudar os alunos nas suas defasagens; frustração da expectativa dos alunos quanto aos cursos técnicos, entre outras. A realidade de vida daqueles que atuam no setor de saúde prestando cuidados, principalmente como atendentes de enfermagem, é difícil e sofrida. Os salários exíguos demandam dupla jornada de trabalho para garantir a subsistência. Ainda, a presença

maciça de mulheres no exercício dessas funções tem por pano de fundo o acúmulo de atividades também no lar. Essa sobrecarga, aliada ao tempo necessário de dedicação às atividades de formação, frequência às aulas, realização de pesquisas e estudos, desenvolvimento de atividades complementares, dentre outros fatores, termina por tornar a frequência ao curso impossível para muitos, que, sem conseguir gerir os inúmeros afazeres, afastam-se da escola e privam-se da necessária qualificação ou profissionalização⁽¹¹⁾.

Tabela 3. Motivos alegados por alunos evadidos do Profae para a evasão segundo o tipo de curso, Paraná, 2002.

Motivos	Auxiliar (N=147)		Técnico (N=89)	
	N	%*	N	%*
Problemas pessoais	64	43,5	38	42,7
Problema de saúde na família	18	12,2	8	9,0
Problema de saúde pessoal	14	9,5	10	11,2
Gravidez	12	8,2	8	9,0
Mudança de cidade	11	7,5	8	9,0
Cuidado com os filhos	7	4,8	4	4,5
Casamento	2	1,4	-	-
Dificuldades relacionadas ao trabalho	43	29,3	29	32,6
Incompatibilidade de horário trabalho/curso	22	15,0	23	25,8
Conseguiu emprego em outra área	15	10,2	2	2,2
Não teve liberação do trabalho	4	2,7	1	1,1
Cansaço devido ao trabalho	2	1,4	3	3,4
Não gostou da área ou do curso	30	20,4	12	13,5
Não gostou da área	27	18,4	3	3,4
O curso não atendeu às expectativas	3	2,0	9	10,1
Dificuldades no processo ensino-aprendizagem	16	10,9	15	16,9
Dificuldades no acompanhamento do curso	10	6,8	6	6,7
Desorganização do curso	4	2,7	7	7,9
Postura negativa do docente	2	1,4	2	2,2
Dificuldades no acesso ao curso	15	10,2	3	3,4
Custo do transporte	8	5,4	1	1,1
Outros custos	2	1,4	-	-
Distância do curso	5	3,4	2	2,2
Outros motivos	5	3,4	7	7,9
Ingresso em universidade	4	2,7	4	4,5
Sem comprovação de escolaridade	1	0,7	2	2,2
Proximidade da aposentadoria	-	-	1	1,1

* Percentual calculado em relação ao número de entrevistados de cada categoria.

Pesquisadores⁽¹²⁾, ao relatarem suas experiências com os cursos de profissionalização em Natal (RN), identificaram algumas dificuldades referidas pela escola e também

constatadas pelos alunos, como o pouco envolvimento dos enfermeiros supervisores no momento do estágio e a frágil comunicação entre a escola e os serviços. Os alunos daquele Estado também referiram como maior dificuldade conciliar o trabalho e o curso.

Embora os cursos oferecidos considerassem o aproveitamento dos saberes e experiências acumulados na prática profissional, um percentual significativo de alunos cadastrados não dispunha dessas experiências e saberes, o que passou a constituir um obstáculo à continuidade dos estudos. As evasões foram a consequência revelada pelos índices.

Além dos motivos referidos pelos alunos, durante as supervisões foram identificadas diversas deficiências relacionadas ao processo de formação, como: a inadequação de alguns campos de estágio, principalmente considerando-se a importância das vivências profissionais exigidas para a formação do auxiliar e do técnico em enfermagem; o descumprimento do cronograma de estágio por parte de algumas operadoras; o desconhecimento do projeto pedagógico das escolas, acentuando a insegurança dos sujeitos envolvidos - coordenadores, professores e alunos - quanto às formas de ação para a viabilização do curso; falta de integração entre os docentes responsáveis pelo desenvolvimento dos temas teóricos e os responsáveis pelo acompanhamento das práticas; domínio parcial do significado e forma de aplicação da metodologia da problematização e incerteza acerca das formas de registro do processo de avaliação⁽⁷⁾.

Para a superação desses problemas diversas ações foram desencadeadas, dentre as quais cumpre destacar: realização de encontros pedagógicos; investimento constante e progressivo na formação continuada dos coordenadores pedagógicos e professores; ampliação da parceria e interdependência entre os profissionais envolvidos com a formação de alunos do Profae⁽⁷⁾.

Assim, mesmo que o Profae tenha se constituído como uma política pública de profissionalização dos trabalhadores de enfermagem inseridos nos serviços de saúde, houve um contingente expressivo de pessoas que se inseriram nos cursos devido à carência de profissionais qualificados na área de saúde e à possibilidade de empregabilidade como auxiliar

de enfermagem, o que pode justificar a alta evasão entre os alunos inscritos.

A possibilidade de profissionalização oferecida aos auxiliares para a realização do curso de Técnico de Enfermagem não garantiu a permanência de muitos deles no curso, mesmo sendo trabalhadores e atuando na área de enfermagem, o que implica a necessidade de os gestores e entidades de classe discutirem estratégias para a qualificação destes trabalhadores, considerando a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem nº 276/2003⁽¹³⁾, que estabeleceu um prazo de cinco anos para profissionalizar todos os trabalhadores da área de enfermagem.

As transformações ocorridas na vida e no trabalho do atendente de enfermagem, a partir de sua qualificação como auxiliar de enfermagem, evidenciam que a sua história como aluno reproduz a sua inserção enquanto classe social, com dificuldades em se adequar às exigências nos processos formais de ensino⁽¹¹⁾.

Outrossim, os procedimentos didáticos implementados nos contextos de formação muitas vezes desconsideram as experiências e os saberes laborais construídos ao longo do processo de vida. A predominância de práticas diretivas centradas na ação docente exacerba o cansaço daqueles que acumulam jornadas de trabalho às quais é somada a “jornada de estudo”. Ainda, o enfoque na apropriação de conhecimentos leva a enfatizar atividades memorísticas em detrimento de atividades colegiadas e significativas. Sem pretender propor uma generalização grosseira, essa realidade não pode ser negada ante a constatação de que as dificuldades relativas ao processo de ensino e aprendizagem constituíram a quarta razão a ensejar o abandono.

A dimensão técnico-pedagógica prevista nos cursos do Profae apóia-se na educação de jovens e adultos (EJA), considerando que seus alunos estão nesta faixa etária. Além disso, muitos deles são trabalhadores com certa experiência profissional. Seguindo essa premissa, os objetivos pessoais de cada educando influem, de forma consciente ou inconsciente, no processo de aprendizagem. Dessa maneira, quando se trabalha com essa clientela precisa-se estar alerta para suas vivências, seus significados e suas expectativas de aprendizagem⁽¹⁴⁾. No tocante à dimensão técnico-pedagógica, as metas

esperadas na educação de adultos variam de indivíduo para indivíduo, dependendo do seu estímulo⁽¹⁵⁾.

Os espaços formativos, não obstante, precisam propiciar as condições de participação, de diálogo, de negociação e de intervenção, o que demanda a implementação de alterações metodológicas e procedimentais, favorecendo experiências de vida que contribuam para o trabalhador forjar sua personalidade, seu capital de conhecimentos, suas competências, sua relação com o saber e sua identidade⁽¹⁶⁾.

Por outro lado, a profissionalização destes trabalhadores não garante a progressão no quadro de carreira dentro das instituições de saúde, muitas vezes devido à inexistência de um plano de cargos e salários. Mesmo na existência deste, as exigências estabelecidas para sua ascensão profissional freqüentemente os desestimulam, tornando-se mais um motivo para a evasão do curso.

A enfermagem representa o maior contingente de trabalhadores que realizam intervenções diretas junto aos usuários, e o cuidado de enfermagem não pode ser realizado sem fundamentação técnico-científica, o que justifica a transformação do Profae em política pública permanente de formação dos trabalhadores de enfermagem, para garantir os princípios e diretrizes do SUS.

CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa permitiu evidenciar que a oferta de profissionalização aos auxiliares e técnicos de enfermagem, mesmo não

tendo custos para o aluno, não garantiu, por motivos variados, a sua permanência em sala de aula. Os motivos de evasão mais citados foram: incompatibilidade com o horário do trabalho (19,1%), não ter “gostado” da área (12,7%), problemas de saúde na família (11,0%), problemas de saúde pessoal (10,2%) e gravidez (8,5%). Observou-se que a maioria dos evadidos do curso auxiliar não atuava na área de enfermagem, enquanto o contrário foi observado para os evadidos do curso de técnico de enfermagem.

A oferta de profissionalização aos auxiliares e técnicos de enfermagem não garantiu a permanência dos alunos no curso, mesmo daqueles que atuavam na área de enfermagem. Verificou-se que os problemas de ordem pessoal e social, decorrentes das demandas familiares, da dupla jornada de trabalho e das condições sociais e econômicas, continuam se constituindo nos principais entraves à formação dos profissionais de nível médio na área de enfermagem.

Perdas nunca são aceitáveis, em especial para esses cursos, pois muitos desses alunos atuam nos serviços de saúde e, embora há muito afastados do processo de escolarização, puderam retornar aos bancos escolares. Mesmo com a intenção de ofertar cursos adequados a estes alunos, há diferentes fatores que interferem na sua efetivação, o que exigirá dos serviços e dos gestores de saúde novas estratégias e políticas de educação permanente para profissionalizar os trabalhadores de enfermagem que, embora inseridos nos serviços, ainda não possuem formação.

NURSING WORKERS CREDENTIALING PROJECT (Profae) AND THE STUDENTS' DROPOUTS IN PARANÁ

ABSTRACT

This study aims to verify the causes of students' dropouts in the Certified Nurse Assistant (CNA) and License Practical Nurse (LPN) courses associated to the Nursing Workers Credentialing Project (Profae) in Paraná State. Data was collected through telephone interviews and processed by the Epi Info software. From the 355 students identified as "dropouts" 66.5% of them were interviewed. Most of the dropouts students from the Certified Nurse Assistant course did not work in that area whilst the opposite occurred with the License Practical Nurse course evaded students. The reasons for the dropouts were: working hours' incompatibility (19.1%), disliking the area (12.7%), family health problems (11.0%), personal health problems (10.2%) and pregnancy (8.5%). The supply of training professional programs directed to CNAs and LPNs does not guarantee the students' attendance to the course even though they work in the nursing area.

Key words: Education, Nursing, Credentialing, Student Dropouts.

ANÁLISIS DE LA EVASIÓN DE ALUMNOS DE LOS CURSOS DE PROFESIONALIZACIÓN DEL ÁREA DE ENFERMERÍA EN PARANÁ

RESUMEN

El trabajo tuvo como objetivo analizar la evasión de alumnos de los cursos de auxiliar y técnico de enfermería vinculados al Proyecto de Profesionalización de los Trabajadores de Enfermería (Profae), en Paraná. El estudio es de carácter descriptivo y cualitativo. Los datos han sido recolectados en 2002 por medio de entrevistas por teléfono, y procesados a través del programa Epi Info. De los 355 alumnos identificados en la situación de "evadido", un 66,5% han sido entrevistados. Se observó que la mayoría de los evadidos del curso auxiliar no actuaba en el área, mientras que el contrario ha sido observado con relación a los evadidos del curso técnico de enfermería. Los motivos de evasión más mencionados han sido: incompatibilidad con el horario de trabajo (19,1%), no "haberle gustado" el área (12,7%), problema de salud en la familia (11,0%), problema de salud personal (10,2%) y embarazo (8,5%). La oferta de profesionalización a los auxiliares y técnicos de enfermería no garantiza la permanencia de los alumnos en el curso, aun siendo ellos trabajadores y actuando en el área de enfermería.

Descriptores: Educación en Enfermería; Habilitación Profesional; Evasión Estudiantil

REFERÊNCIAS

1. Sorio RER. Inovações no campo da gestão de projetos sociais: uma reflexão a luz da experiência do Profae. In: Castro JL. (org). Profae: educação profissional em saúde e cidadania. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002. p. 17-29.
2. Brasil. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. [Página na Internet] Brasília (DF): Unesco; c1999-2005. [Acesso em: 15 jul. 2005]. Disponível em URL: <http://www.unesco.org.br/areas/educacao/educacaosaude/educacaoprof/Profae/index_html/mostra_documento>.
3. Nunes EFPA, Kreling MCGD, Haddad ML, Guariente MHD. Promovendo a educação profissional em saúde. In: Castro JL. (org). Profae: Educação Profissional em Saúde e Cidadania. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002. p. 167-72.
4. Egry EY. A avaliação de competências na perspectiva crítico-emancipatória. Ciênc Cuid Saúde. 2006 maio/ago.; 5(2):236-42.
5. Botelho DM, Gottens LBD, Brandão MSM, Baraldi S. Supervisão para o desenvolvimento de recursos humanos no contexto das políticas públicas de saúde. In: Castro JL. (org). Profae: educação profissional em saúde e cidadania. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002. p. 109-19.
6. Ferreira VC, Santana MG. Evasão do Aluno Profae: buscando propostas de acompanhamento. In: Anais do 54º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 2002 nov 9-14; Fortaleza. Fortaleza(Ce): Fortaleza: ABEn – Seção CE, 2002.
7. Souza NA (org). Profae: trajetória no Paraná. Londrina: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Avaliação; 2006.
8. Berquó E, Souza JMP, Gotlieb SLD. Bioestatística. 1ª ed. rev. São Paulo: EPU; 1981.
9. Oliveira BGRB, Porto IS, Ferreira MA. Perfil dos alunos ingressos nos cursos de auxiliar e técnico de enfermagem do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae) no Rio de Janeiro - Brasil. Latino-Am. Enfermagem. 2007; 15(1):127-33.
10. Oliveira MAM. A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo cefet-x? 2000. [Acesso em: 25 jan. 2005]. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/24/T0523492991781.doc>>.
11. Peduzzi M, Anselmi M. O processo de trabalho do auxiliar de enfermagem. Formação. 2003; 3(7):73-87.
12. Silva ER. A profissionalização dos trabalhadores de nível médio em enfermagem: relato de experiência em natal – RN. In: Anais do 9. Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem; 2005 ago. 2-5; Natal, Rio Grande do Norte: ABEN; 2005.
13. Brasil (Brasília). Conselho Federal de Enfermagem. Regula a Concessão de Inscrição Provisória ao Auxiliar de Enfermagem Resolução COFEN - nº 276/2003. [Acesso em: 5 mar. 2006]. Disponível em: <URL:<http://www.corenpr.org.br/coren.htm>>.
14. Medeiros MSA. Educação e libertação. Cadernos de Educação. 1995; maio; 2: 24-52..
15. Norwich B. A new conceptualisation of adult participation in education. Br Educ Res J. 1995; 21(5):26-31.
16. Perrenoud P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: ArtMed; 1999.

Endereço para correspondência: Elisabete de Fátima Pólo de Almeida Nunes. Endereço: Rua Paraguai, 195, Jardim Larsen. Londrina – PR. CEP: 86010-270. E-mail: alnunes@uel.br

Recebido em: 14/05/2007
Aprovado em: 29/10/2007